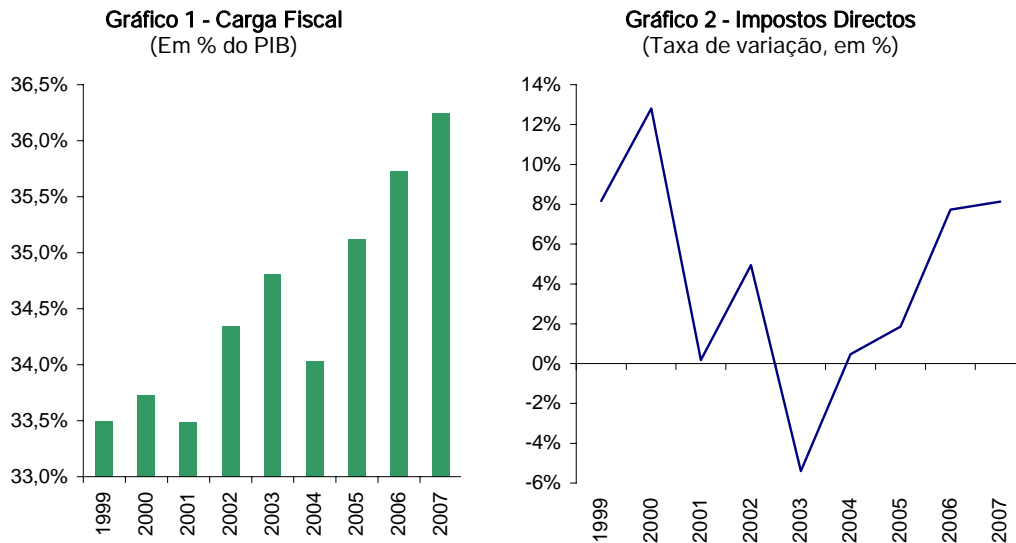


# STE QUER NEGOCIAR SALÁRIOS E PENSÕES

1. O STE disse hoje ao Governo que não prescinde de negociar os aumentos dos salários e das pensões, não aceitando a posição inegocial assumida por aquele.

É que:

- **A taxa de inflação** está de novo subestimada, devendo ficar acima dos 2,1% previstos pelo Governo;
- **O preço do petróleo** previsto pelas Organizações Internacionais encontra-se acima do valor previsto pelo Governo (68 dólares/barril);
- **A melhoria do rendimento disponível das famílias**, apontada pelo Executivo, é **irrealista** e não leva em linha de conta as dificuldades que irão sentir particularmente os trabalhadores portugueses, nomeadamente os funcionários públicos;
- **A melhoria do crescimento da economia portuguesa**, embora ainda fraca ao nível do investimento, conduz a um aumento da produtividade de 0,8% (0,5% em 2006), apresentando, por isso, **um nível insuficiente** para se caminhar no sentido da convergência real face às restantes economias europeias;
- **O investimento público vai continuar a cair 3% em 2007**, diminuição registada pelo 3º ano consecutivo, atingindo apenas 2,3% do PIB o valor mais baixo desde 1999;
- **A carga fiscal sobre os portugueses vai de novo aumentar**, atingindo 36,2% do PIB em 2007, mais 2,5 p.p. do que em 2000, e assenta na forte aceleração dos impostos directos que crescem 8,1%, o valor mais elevado desde 2000.



## 2. Alertámos ainda o Governo:

- a) Para o facto de que com a verba prevista no OE para remunerações certas e permanentes nos mapas IV e 5A (13297,5 milhões de €), bem como com a dotação provisional de 470 milhões de €, há disponibilidade orçamental para ir bem mais além nos salários e pensões do que o proposto pelo mesmo;
- b) Para o facto a despesa do Estado com **Aquisição de Serviços** continuar muito elevada, estando previsto um aumento de 155,3 milhões de euros em 2007 - 19% (Quadro 1). Apesar de estar consagrada uma verba excepcional para os gastos com a Presidência portuguesa da UE no 2º semestre de 2007, de 51,4 milhões de euros, explicando o forte acréscimo registado na despesa com o total de aquisição de serviços do MNE, de 35 para 60 milhões de euros entre 2006 e 2007, não consegue explicar tudo. Com excepção de "Estudos, pareceres e projectos de consultadoria" **todas as restantes rubricas apresentam um**

aumento acentuado, com destaque para "Outros trabalhos especializados".

**Quadro 1- Decomposição de algumas rubricas da Aquisição de Serviços do Estado**

Milhões de euros	2003	2004	2005	2006*	2007*
Rubricas	<b>Aquisição de Serviços</b>				
Outros Trabalhos Especializados	71,0	89,0	111,3	106,5	168,7 (+58%)
Outros serviços	87,2	79,9	89,4	95,3	121,4 (+27%)
Locação de edifícios	51,5	51,0	48,6	52,0	66,1 (+26%)
Estudos, pareceres, projectos de consultadoria	44,9	47,5	43,6	77,7	53,5
Seminários, exposições e similares	4,1	6,0	4,5	7,7	12,4 (+71%)
<b>Total Aquisição de Serviços</b>	<b>708,6</b>	<b>734,5</b>	<b>842,8</b>	<b>800,7</b>	<b>956,0</b>

Fontes: CGE até 2005 e Mapa 5-A p/2006 e 2007.

c) Para a despesa do Estado com Abonos Variáveis em 2007 que apesar de vir a ser influenciado pelo crescimento do subsídio de residência dos Magistrados passar a ser incluído no Ministério da Justiça (anteriormente pago pelos Cofres deste Ministério), vai continuar muito elevada, nomeadamente nas "Indemnizações por cessação de funções" (Quadro 2). Para além do acréscimo do Total dos Abonos registado no Ministério da Justiça que passa de 39,3 para 72,9 milhões de euros entre 2006 e 2007, também se verificam acréscimos significativos nos Ministérios da Defesa, Negócios Estrangeiros e Administração Interna.

**Quadro 2- Decomposição de algumas rubricas dos Abonos Variáveis do Estado**

Milhões de euros	2003	2004	2005	2006*	2007*
Rubricas	<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>				
Outros Abonos em numerário ou espécie	131,9	163,3	137,7	107,2	112,7 (+4,6%)
Outros suplementos e prémios	76,7	74,9	77,3	84,8	75,3
ajudas de custo	43,7	49,2	50,0	52,0	55,8
horas extraordinárias	42,4	43,6	48,5	44,5	42,6
Indemnizações por cessação de funções	6,4	36,5	46,3	32,7	46,1 (+43%)
Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	13,8	14,7	21,1	18,2	49,5
Colaboração técnica e especializada	1,5	1,5	2,1	1,9	1,7 (+72%)
<b>TOTAL Abonos</b>	<b>364,7</b>	<b>434,2</b>	<b>434,1</b>	<b>394,0</b>	<b>434,8 (+10,3)</b>

Fontes: CGE até 2005 e Mapa 5-A p/2006 e 2007.

3. O STE espera do Governo uma contraproposta séria ao conjunto das questões que põs para além dos salários e pensões:

- Um acordo colectivo nacional para os contratados da Administração Pública;
- A aprovação das Portarias que hão-de servir de suporte aos quadros de pessoal dos contratados no regime do CIT;
- Um seguro contra acidentes de trabalho;
- O alargamento das convenções da ADSE;
- A criação, em parceria, de unidades de assistência/apoio/acolhimento de idosos aposentados;
- A criação de uma instância arbitral na negociação das condições de trabalho.
- A efectiva implementação de serviços de higiene e medicina no trabalho,

**Apresentar como contraproposta + 2 cêntimos para o subsídio de refeição, para juntar aos 6 já propostos é... quase ofensivo!**

**Mas, muito em especial:**

**O STE reivindica um sistema de informação que permita conhecer e avaliar os serviços públicos.**

LISBOA, 2006-10-20

A DIRECÇÃO